Notícias

Encontro Nacional dos TOC

Évora acolhe VII edição a 11 de Julho

No próximo dia 11 de Julho, terá lugar na região de Évora o VII Encontro Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas.

A comissão que aceitou o desafio lançado pelo presidente da Direcção, é presidida por António Nabo, contando ainda com a colaboração de Manuel Sousa, José Espanhol, João Carmo e Armando Ribeiro.

O Alentejo, com toda a sua beleza, a hospitalidade da sua gente e uma secular e excelente gastronomia, aliada à criatividade e empenho dos TOC da região, reúne os ingredientes necessários para que se perspective mais um inesquecível Encontro Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas.

Nestes momentos de incerteza e dificuldade, não só para os TOC mas também para todos os cidadãos, uma demonstração de união e solidariedade da classe será um bom paliativo para se dar um pequeno passo contra a crise.

O preço da participação é de 15 euros. Até aos 15 anos o valor é de 7,50 euros.

Fica o convite à participação para um dia dedicado ao convívio, alegria e confraternização. ■

Conferências em parceria com o ISCAL

Nos 250 anos da Aula do Comércio

A propósito da comemoração dos 250 anos da Aula do Comércio, instituída pelo Marquês de Pombal em 1759, e da qual o ISCAL é o seu sucessor, realizam-se nos próximos dias 27 e 28, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL) duas conferências: «I Jornadas europeias da Primavera no ISCAL» e «Novas tendências da Fiscalidade.»

Não só pelas temáticas a tratar, mas também pela qualidade dos oradores convidados, estes são assuntos que interessam vivamente aos Técnicos Oficiais de Contas.

Os temas de cada comunicação, bem como os respectivos oradores e horários, encontram-se disponíveis no *site* da CTOC, onde poderá igualmente efectuar a inscrição.

O preço por participante é de 50 euros e, para efeitos do Regulamento do Controle da Qualidade, são atribuídos 12 créditos. ■

Prazo de entrega da IES alargado até 31 de Julho

Conforme promessa do SEAF

O prazo para a entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) será brevemente alterado para o dia 31 de Julho, conforme foi prometido por Carlos Lobo, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. A alteração que alargará o prazo de entrega da IES será publicada nos próximos dias pelo que os profissionais podem programar a sua actividade de acordo com a nova data. ■

Novo sistema de registo de presença nos eventos da CTOC

Cartão de ingresso será enviado aos membros

Encontra-se em fase de implementação um novo sistema de registo de presenças nos eventos a realizar pela CTOC. Os registos de entradas e saídas tem sido feito, como é sabido, através de processos manuais, o que tem gerado alguns problemas e incerteza quanto à presença efectiva dos membros nas diferentes iniciativas.

O novo sistema que está a ser desenvolvido integra, imediata e automaticamente, os elementos na base de dados dos membros da CTOC, possibilitando um registo e informação mais céleres.

Para dar sequência a todo o processo, será distribuído, em breve, pelo correio, a todos os TOC que tenham a inscrição em vigor ou suspensa, um cartão de acesso aos eventos da Câmara que disporá de código de barras. Esse cartão, que deverá acompanhar obrigatoriamente os profissionais, ao ser lido pelo sistema, registará de forma automática a identificação do membro, bem como as respectivas horas de entrada ou saída.

O sistema emitirá ainda o correspondente recibo que identificará o portador, o evento e a hora de entrada e saída, devendo o documento ficar na posse do TOC, uma vez que servirá de comprovativo caso lhe seja posteriormente solicitado.

Nos testes já realizados, a leitura do cartão e a emissão do recibo, acontecem quase em simultâneo, pelo que tudo indica que o novo processo será mais rápido e eficiente.

Os membros devem guardar o novo cartão de ingresso que será enviado pelo correio e dele fazerem-se acompanhar sempre que participem em qualquer evento da CTOC. ■

O acesso aos eventos da Câmara registará alterações significativas

Manual de Contabilidade Angolano

Livro encontra-se disponível na biblioteca da CTOC

Foi lançada a 2.ª edição, actualizada e melhorada, do «Manual de Contabilidade Angolano», da autoria de José Luís Faria Magro e Adelaide Magro. Trata-se de uma abordagem desenvolvida e integrada do Plano Geral de Contabilidade, incluindo a Teoria Geral da Contabilidade, Fiscalidade, Lei das

Sociedades Comerciais, Lei Geral do Trabalho e Regime Fiscal para a indústria mineira. Para uma melhor compreensão das matérias, o livro contém, ainda, diversos exercícios práticos. O «Manual de Contabilidade Angolano» encontra-se disponível para consulta na biblioteca da CTOC. ■

«Guia do empresário» para combate à crise

CTOC pretende editar documento que agrupe medidas conhecidas

A Câmara irá desenvolver uma espécie de «guia do empresário», no qual serão prestadas informações sobre as linhas de apoio ao tecido empresarial, bem como a respectiva forma de aplicação.
Esta iniciativa nasceu da constatação de que, em muitas situações, é ignorada a existência de apoios e medidas que podem ser aproveitadas para eliminar ou atenuar os efeitos negativos provocados pela crise.

Os Técnicos Oficiais de Contas, dado o seu papel de proximidade com as empresas e empresários, são os primeiros interessados no conhecimento profundo daquelas medidas, mas também, e principalmente, na sua abrangência e forma de aplicação.
Numa tentativa de melhor compreender todo esse cenário, a Câmara decidiu lançar mãos à obra e produzir um documento onde todas essas questões sejam clarificadas e explicitadas. ■

Câmara adquiriu espaço para representação de Faro

Obras de adaptação já arrancaram

O espaço onde funcionará a nova representação permanente de Faro já foi adquirido pela CTOC. Com este passo, o conjunto das representações a nível nacional encontra-se concluído, sendo que das 13 existentes, apenas a de Ponta Delgada não é ainda propriedade da Câmara.
As novas instalações situam-se em Hortas das Figueiras, Lote 31, próximo do fórum de Faro e numa zona onde, ao que tudo indica, ficará implementada a cidade judiciária.

As obras de adaptação já começaram e espera-se que a inauguração ocorra ainda antes de Agosto.
Os TOC residentes no distrito de Faro ou zonas limítrofes passarão a dispor de um novo espaço com excelentes condições para a realização de formação e das reuniões livres das quartas-feiras.
A Câmara tem vindo a fazer um grande esforço financeiro com as representações permanentes e espera que os membros, através das reuniões livres ou de outras manifestações de natureza profissional, dêem vida e utilidade àqueles espaços. ■

CTOC e CFC recebidos no Banco Mundial

Projecto de transferência de conhecimentos para países de língua portuguesa

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do Brasil assinaram, há cerca de um ano, um protocolo de transferência de conhecimentos para os países de língua oficial portuguesa, estando já a ser preparada uma experiência-piloto em Angola e Moçambique.

Atendendo à transversalidade do projecto e aos valores que o mesmo envolve, deu-se conhecimento da sua existência ao Banco Mundial, tendo em vista que este possa vir a financiar a sua implementação.

No dia 13 de Abril, em Washington, na sede do Banco Mundial, realizar-se-á uma reunião com o presidente daquele banco e representantes da CTOC e do CFC. A Câmara estará representada pelos presidentes da Direcção, Domingues Azevedo e do Conselho Técnico, Avelino Antão e o director Jaime dos Santos. A parte brasileira será composta pela presidente do CFC, Maria Clara Bugarim e pelos vice-presidentes José Martonio e Juarez Domingues Carneiro.

A missão desta comitiva luso-brasileira visa apresentar o projecto ao Banco Mundial e tentar obter as necessárias fontes de financiamento para a sua execução. Em caso de aprovação, seguir-se-á a apresentação aos governos português e brasileiro, com vista também ao seu envolvimento.

Este é um projecto transversal às questões da Contabilidade, desde o ensino, à organização e formação profissional, que será um excelente e eficaz meio da criação e estreitamento das relações com países que se expressam na mesma língua.

Não obstante o projecto ser coordenado pelas instituições reguladoras dos contabilistas em Portugal e Brasil, é intenção dos promotores estabelecerem protocolos com instituições do ensino superior para a implementação e estruturação das questões ligadas ao ensino da Contabilidade. ■

A sede do Banco Mundial, em Washington, recebeu representantes da CTOC e do CFC

CTOC acolherá encontro no final do ano

CILEA reunido na Roménia

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, que ocupa uma das vice-presidências do Comité de Integração Latino Europa-América (CILEA), esteve presente na reunião do conselho directivo daquele organismo , em Bucareste, capital da Roménia, através dos presidentes da Direcção e Conselho Fiscal, Domingues Azevedo e Joaquim Cunha Guimarães e do director-tesoureiro, Manuel Vieira de Sousa.

A conferência internacional que se seguiu à reunião do Conselho Directivo, subordinada ao tema «Desafios actuais e perspectivas para as pequenas e médias empresas» contou com uma comunicação do presidente da Direcção, Domingues de Azevedo, que desenvolveu o tema «Os profissionais perante a crise.»

Próxima reunião do CILEA será em Portugal

Uma vez mais, a comitiva portuguesa teve a oportunidade de comprovar a dinâmica e enraizamento da profissão em Portugal, quando comparada com a realidade de outros países, e verificar o enorme salto qualitativo e organizativo dos profissionais portugueses.

No decurso de Novembro ou Dezembro, realizar-se-á em Lisboa a última reunião de 2009 do Conselho Directivo do CILEA, seguido de uma conferência internacional que oportunamente se divulgará. ■

«Conselho fiscal» todos os dias úteis na TSF

Prossegue a parceria entre a CTOC e a rádio de informação

O programa «Conselho Fiscal», resultante de uma parceria entre a CTOC e a TSF, é presença obrigatória na grelha da rádio informativa, cinco vezes por semana, duas emissões por dia, às 7h20 e às 18h45. De 4 de Março a 9 de Abril, os temas abordados foram os seguintes: «Competências do representante fiscal e do gestor de negócios»; «Pensionistas e declarações de IRS»; «Benefícios fiscais ao sector dos transportes rodoviários e de mercadorias»; «Benefícios fiscais com aquisição de computadores para uso pessoal»; «Como funciona o *tax free*»; «Emissão de facturas»; «Tributação autónoma sobre despesas de representação e custos relacionados com viaturas»; «Novos benefícios para efeitos de exclusão de mais-valias em sede de IRS da venda de casa própria»; «Procedimentos no encerramento de sociedades»; «Requisitos legais para emissão de facturas»; «IVA de despesas ou serviços adquiridos noutro Estado membro da UE»; «Imposto de selo sobre contratos»; «Tributação do imposto de selo no arrendamento e subarrendamento»; «Direitos e excepções à dedução do IVA»; «Transparência fiscal»; «Dívidas à Segurança Social»; «Inventário em casos de herança»; «Novo escalão de taxa de IRC»; «Enquadramento no regime simplificado ou contabilidade organizada em sede de IRS»; «IRS: Inclusão dos filhos no agregado familiar»; «Vantagens de entregar IRS via Internet»; «Reserva legal financeira das empresas e organismos do Estado»; «Declaração de início de actividade»; «Vendas de acções e IRS»; «Organizar documentação para IRS»; «Reinvestimento de mais-valias obtidas com venda de habitação própria permanente» e «Aplicação prática das normas fiscais.»

Os programas emitidos, com a duração aproximada de um minuto cada, têm a locução dos consultores da CTOC, Paula Franco, João Antunes e Sandra Bernardo e do jurista Amândio Silva e podem ser escutados no *site* www.tsf.pt. ■

Relatório e Contas de 2008 aprovados por esmagadora maioria

Assembleia-Geral da Guarda deu luz verde à Direcção

A maioria dos membros presentes na Assembleia-Geral no Politécnico da Guarda para debater e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes a 2008, não teve dúvidas em dar luz verde aos documentos propostos, de forma clara e inequívoca. Dos 166 votos (incluindo as procurações), 142 foram favoráveis ao documento apresentado pela Direcção. Apenas 20 TOC votaram contra e 4 abstiveram-se. No Relatório e Parecer do Conselho Fiscal registaram-se, no mesmo universo, sete votos contra e quatro abstenções.

Domingues de Azevedo mostrou-se satisfeito com o resultado da votação, tendo agradecido, à semelhança do que fez o presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Manuel dos Santos, a presença de um significativo número de membros da Guarda. Na senda das últimas reuniões magnas da CTOC, quem se deslocou ao auditório do Instituto Politécnico da Guarda assistiu a uma assembleia bastante participada que marcou, também, a continuidade da política de descentralização traçada pela Direcção da CTOC, procurando aproximar os membros residentes em distritos mais distantes dos grandes centros, da Instituição que os representa profissionalmente.

O presidente da Direcção começou por explicar os principais traços orientadores do Relatório e a sua importância, uma vez que «prestar contas é um acto indispensável e aferidor do cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento.» Domingues de Azevedo sublinhou a boa execução orçamental, tendo-se verificado, em 2008, apenas um desvio de 1,4 por cento na despesa e 0,1 por cento nas receitas. «Este Relatório é revelador da gestão de carácter "científico" que esta equipa efectuou», referiu.

Alteração ao formato das quartas-feiras livres

A quase totalidade das «promessas» para o ano de 2008 foi cumprida. O presidente da CTOC

Relatório e Contas apresentados pela Direcção registaram a concordância da esmagadora maioria dos membros

destacou a consolidação da aposta na formação à distância, o apoio social aos membros, o fundo de pensões dos TOC e o seguro de saúde. Fruto do esforço e rigor financeiro que a Direcção tem imprimido na gestão da Câmara, nenhum TOC reformado aufere, actualmente, menos de 450 euros por mês, que é o valor do salário mínimo nacional. Se tiver uma reforma inferior, a CTOC, através do Fundo de Solidariedade Social, cobre o restante.

Por fazer ficou uma alteração ao formato das quartas-feiras livres. O assunto, segundo Domingues de Azevedo, será retomado em breve.

Mas a prioridade das prioridades continua a ser a formação. «Não há nenhuma organização de regulação profissional em Portugal que faça um esforço tão grande para manter os seus membros actualizados, oferecendo um leque diversificado de acções formativas ao longo do ano», disse.

Para o responsável da CTOC, a obrigatoriedade formativa justifica-se, em nome da credibilidade dos Técnicos Oficiais de Contas: «Não queremos profissionais que saibam pouco mais que classificar documentos.» Por sua vez, o presidente do Conselho Fiscal, Joaquim Cunha Guimarães, referiu, na sua intervenção, que estes são o «melhores» Relatório e Contas apresentados pela Direcção desde a criação da CTOC.

Homenagem a uma referência para os profissionais

Para concluir, o presidente da Mesa da AG saudou o debate evolutivo e participado da reunião e fez questão de lembrar Rogério Fernandes Ferreira, mestre de muitos profissionais, professor catedrático e membro honorário da CTOC. Manuel dos Santos lamentou a sua ausência desta AG devido a problemas de saúde: «O professor Rogério marcava sempre presença nas assembleias gerais, o que era um acto demonstrativo do seu interesse pela vida da Instituição a que pertencemos.» Num momento emotivo, toda a plateia bateu uma salva de palmas pelo rápido restabelecimento de Rogério Fernandes Ferreira. ■

Câmara prepara formação sobre o SNC

A partir de Setembro

Na sequência da discussão pública e das propostas apresentadas por diversas entidades, entre as quais a CTOC, a comissão de coordenação concluiu e entregou o seu trabalho à secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais sobre o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A CTOC já teve acesso à versão apresentada e, na globalidade, está de acordo com as conclusões daquele trabalho, uma vez que, nas temáticas essenciais, estão enquadradas as dúvidas e questões colocadas pela Câmara.

A entrada em vigor do novo sistema está prevista para o início de 2010. Tal facto vem exigir dos Técnicos Oficiais de Contas um esforço acrescido, com vista a compreender e assimilar as profundas alterações introduzidas na cultura contabilística com o SNC.

Para esse efeito, a Câmara desenvolverá, para além do que já está previsto, um novo programa de formação exclusivo sobre o SNC.

No mês de Setembro haverá lugar para a realização de um dia específico de formação, em todas as capitais de distrito e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, gratuita para todos os TOC, e em que serão abordados exclusivamente assuntos relacionados com o SNC.

Nos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro irá decorrer mais uma reunião livre em todas as sedes de distrito e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em que as únicas questões a tratar serão relacionadas exclusivamente com o SNC.

O Conselho Técnico, em colaboração com a Direcção, irá elaborar um manual de aplicação prática do SNC que se espera estar disponível para os TOC em Julho próximo.

Por outro lado, está a ser estudada uma forma de comunicação rápida e eficiente através da Internet, no sentido de responder às dúvidas e questões mais simples colocadas acerca do SNC. ■

Anuário Financeiro dos Municípios apresentado na sede da CTOC

Secretário de Estado salientou independência e prestígio do estudo apoiado pela Câmara

O endividamento global das autarquias portuguesas ascendeu a 6 664 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 26,6 milhões de euros face a 2006, sendo que 965 milhões são da responsabilidade da autarquia lisboeta. As dívidas a fornecedores deram o principal contributo para o agravamento das contas dos municípios. Por outro lado, as 308 câmaras municipais arrecadaram 7 517 milhões de euros de receitas, mais 547 milhões de euros do que em 2006. Estes foram alguns dos principais dados revelados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente ao ano de 2007, apresentado a 8 de Abril no auditório da sede da CTOC.

As boas vindas foram dadas pelo anfitrião, Domingues de Azevedo, que afirmou que o documento «prestigia o poder local e a CTOC», expondo, com «maior transparência», a vida das autarquias portuguesas.

O presidente da Câmara realçou as virtualidades do anuário no que diz respeito à qualidade dos investigadores e à «visão integrada» da situação económica e financeira do poder local no nosso país.

Domingues de Azevedo destacou, ainda, o apoio que a CTOC tem dado, desde a primeira hora, a uma «iniciativa desta envergadura, que tem permitido alterar mentes, conceitos e preconceitos enraizados».

Sobre o *timing* para a apresentação deste trabalho, que já se tornou uma referência, Domingues de Azevedo reconheceu a complexidade derivada de este ser um ano de eleições autárquicas, o que obrigou à antecipação da apresentação pública do mesmo, ressalvando que «não se devem retirar ilações políticas do seu conteúdo».

Eduardo Cabrita: «Todos sabemos muito mais agora do que sabíamos em 2005.»

Elevada conformidade com o POCAL

A apresentação da V edição do Anuário esteve a cargo de Pedro Camões e João Carvalho que, com Maria José Fernandes e Susana Jorge, compõem a equipa de professores universitários que, ano após ano, têm vindo a desenvolver este projecto.

Pedro Camões explicou o enquadramento do estudo, bem como a estrutura e a base do mesmo, lembrando que «os dados foram obtidos directamente das contas dos municípios», ao mesmo que se congratulava com o facto de as autarquias apresentarem já um grau de conformidade com o POCAL superior a 70 por cento.

Antes de entrar em detalhes, o docente da Universidade do Minho salientou ainda que as despesas dos municípios representam cerca de 13 por cento do total das despesas da administração pública e 20 por cento da administração central.

Traçando um quadro geral sobre a situação financeira dos municípios, ficou a saber-se que apenas 77 apresentam receitas próprias superiores a 50 por cento das receitas totais e 79 mostraram receitas próprias inferiores a 20 por cento das receitas totais, o que os coloca em elevada dependência do Estado.

Olhando com mais cuidado para as receitas e despesas, João Carvalho salientou a melhoria na eficiência

O auditório da sede da CTOC encheu para saber das novidades relativas às contas dos municípios de 2007

na cobrança da receita e o aumento (surpresa!) das transferências do Estado em 64,5 milhões de euros. O acréscimo das cobranças de impostos directos, indirectos e taxas em 384 milhões de euros ajuda a explicar o aumento global de 12 por cento das receitas cobradas. Segundo o responsável, em 2007 as receitas de IMI ascenderam a 988 milhões de euros e as de IMT (transmissão de imóveis) a 912 milhões.
Num universo tão vasto e susceptível de ser analisado de diversos ângulos, ficou o alerta: há um elevado número de compromissos por pagar (2 163 milhões de euros, ou seja, pagou-se 65 por cento em relação ao orçamento previsto.) O ano de 2007 revelou ainda a diminuição do saldo orçamental (base de caixa) em relação a 2006 de 352 para 123 milhões de euros, um recuo significativo.

35 municípios com 53,5 por cento das dívidas

Apesar de residual, o estudo detectou um aumento de 26,6 milhões de euros da dívida global das autarquias, que no final de 2007 atingia os 6 664 milhões de euros. Curioso, ou talvez apenas a imagem de um país desigual e assimétrico, é que apenas 35 municípios, com Lisboa em lugar destacado, são responsáveis por 53,5 por cento do total das dívidas. Olhando com mais atenção para os números, João Carvalho explicou que se observou um recuo das dívidas de médio e longo prazo no valor de 49,5 milhões de euros mas um aumento das dívidas de curto prazo em 76,6 milhões de euros.
O estudo revela ainda o aumento do recurso a novos empréstimos bancários (357 milhões de euros), tendo registado também que o valor das amortizações da dívida foi superior aos dos novos empréstimos. De realçar ainda que no ano em análise 90 municípios não recorreram a empréstimos bancários.
Segundo João Carvalho, o recurso à banca acaba por ter um peso pouco significativo no total das receitas autárquicas, ou seja, apenas cinco por cento.
Preocupante é quando se olha com mais atenção para a liquidez. Este capítulo revela a existência de 195 municípios com liquidez negativa, lista que é liderada por Lisboa, com 266 milhões de euros, ou seja, cerca de um terço do total (685 milhões de euros).
Num estudo repleto de números e de dados, o coordenador do trabalho salientou ainda o facto do endividamento líquido global ter aumentado em 686 milhões de euros.
Feitas as contas, os resultados económicos globais atingiram os 485 milhões de euros. Um número positivo, é certo, mas que regista uma

A dívida global das autarquias aumentou, em 2007, 26,6 milhões de euros

diminuição de 179 milhões de euros em relação a 2006.

No *ranking* global, os municípios de Penacova, Cascais, Cinfães, Mafra, Lagos, Almada, Câmara de Lobos, Castelo Branco, Belmonte e Loulé figuram como os melhores.

Face ao quadro traçado, João Carvalho lembrou ser necessário «a alteração do POCAL com vista a contemplar regras para o cumprimento da Lei das Finanças Locais no que se refere à apresentação de contas consolidadas para as autarquias que possuam serviços municipalizados e empresas municipais.» Aquele especialista em Contabilidade Pública defendeu ainda a «necessidade de se pensar na adaptação do sistema contabilístico público ao Sistema de Normalização Contabilística.» Um desafio para os próximos anos.

Maior transparência e sustentabilidade

Joaquim Barreto, dirigente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), declarou que «os resultados da gestão financeira relativos a 2007 são mais positivos em comparação com o ano anterior.»

O membro do conselho directivo da ANMP justificou o facto de alguns indicadores ainda estarem longe do desejável, tendo sublinhado, contudo, que a «transferência de competências para os municípios», nomeadamente em termos de políticas sociais, não se reflectiu negativamente nas contas.

Motivo de satisfação para o também autarca de Cabeceiras de Basto foi o facto de as dívidas de médio/longo prazo terem diminuído, uma vez que considera que este indicador pode «comprometer» o futuro dos municípios, em caso de desequilíbrio. «Esta investigação demonstra uma evolução gradualmente positiva resultante do esforço de transparência desenvolvido pelas autarquias, bem como a disponibilidade dos municípios de cumprir o POCAL. Se seguirmos este caminho, estou confiante que podemos melhorar ainda mais», disse.

A intervenção final coube ao secretário de Estado Adjunto e da Administração Local. Para começar, Eduardo Cabrita sublinhou que o estudo em apreço teve origem em «entidades independentes», como a CTOC e o grupo de investigadores da Universidade do Minho, e lembrou que antes da primeira edição do anuário eram escassos os elementos disponíveis sobre a *performance* contabilística e financeira dos municípios. «Todos sabemos muito mais do que sabíamos em 2005, graças a este sólido volume de informação que agora dispomos», disse. O governante acrescentou que «2007 foi um ano crucial para a evolução das finanças públicas, coincidindo com a entrada em vigor da Nova Lei das Finanças Locais, com o intuito de relançar o papel das autarquias num caminho sustentado.» O membro do governo congratulou-se por «as autarquias terem contribuído, de forma significativa», para a evolução positiva das contas públicas. «Esta marca corresponde a uma alteração de paradigma, com o reforço da sustentabilidade financeira e da autonomia local, sinónimo inequívoco de maior capacidade de intervenção», acrescentou. Cabrita revelou ainda que os dados já disponíveis de 2008 apontam para a «manutenção dos resultados», reflectidos no estudo no ano transacto. O secretário de Estado preferiu não embandeirar em arco, alertando que o «actual quadro de retracção das receitas fiscais», deve ser contrabalançado com a «qualidade, sustentação e transparência das contas.»

Enfatizando o papel interventor das câmaras municipais nas políticas públicas, Eduardo Cabrita defendeu que se passe «da retórica descentralizadora para uma efectiva descentralização de competências», em áreas tão abrangentes como a saúde e a educação, com o reforço de uma «gestão mais qualificada e mais atenta à dinâmica local.» ■